

# Governo avalia reajustar servidores com parte de receita extra em 2024

— Nova regra fiscal permite expansão de despesas caso haja uma maior arrecadação; ministra da Gestão afirma que ideia é bancar reestruturação de carreiras e benefícios

MARIANA CARNEIRO  
ADRIANA FERNANDES  
BIANCA LIMA  
BRASILIA

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem planos para os recursos que poderão ser liberados em maio de 2024, para gastos adicionais, caso a receita do próximo ano cresça mais do que o previsto no Orçamento. Segundo a ministra da Gestão, Esther Dweck, parte da verba extra deverá ser utilizada para reajustar o salário do funcionalismo federal. A possibilidade surge no momento que o governo é cobrado a cortar gastos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano.

**Vencimentos**  
**Funcionalismo teve aumento de 9% neste ano, após parte das carreiras ficar sem reajuste desde 2017**

A abertura do crédito extra depende, porém, da performance da receita neste ano. Pela regra do novo arcabouço fiscal, em maio do próximo ano, o governo fará uma revisão do que arrecadou em 2023 e, com base no que efetivamente teve de receita, vai refazer a previsão para 2024. Caso o resultado seja maior do que o previsto quando foi confeccionado o Orçamento de 2024, pode abrir um crédito extra. A expansão dos gastos não pode superar o teto de 2,5% acima da inflação.

O governo enviou para o Congresso uma proposta orçamentária com a previsão de aumento dos gastos de 1,7% acima da inflação. Pelas contas preliminares do governo, o crédito extra de maio pode liberar mais R\$ 15 bilhões para despesas governamentais.

**HIPÓTESE.** Não há segurança sobre a verba adicional, mas se ela existir, segundo Esther, o plano é usar uma parte para conceder reajuste aos servido-

res. “Tem previsto no arcabouço fiscal R\$ 15 bilhões que podem entrar (de despesas em 2024) se estiver cumprindo a meta, se tiver receita suficiente. O que a gente tratou internamente no governo é que, se existir esse valor, parte dele, não todo, será destinado aos servidores”, afirmou a ministra ao **Estadão**.

Esther nega que o reajuste oferecido com crédito extra possa piorar o quadro fiscal do governo, ainda que haja dúvidas sobre a capacidade de se alcançar a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, como prometeu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“Os R\$ 15 bilhões só vão existir se a receita estiver crescendo e se a meta de (resultado) primário estiver sendo cumprida. E é uma meta de primário bastante ousada. Então, os R\$ 15 bilhões são uma possibilidade”, disse Dweck. “Do ponto de vista da despesa, a gente colocou um teto de crescimento real (acima da inflação). Então, a despesa não está solta. E a receita está entrando para você poder ter um resultado fiscal maior”, disse.

O funcionalismo recebeu um aumento linear de 9% neste ano, após boa parte das carreiras federais ter tido os vencimentos congelados desde 2017. Para o próximo ano, o governo não reservou recursos para um novo reajuste. A única previsão inserida na proposta orçamentária, de cerca de R\$ 1,5 bilhão, será usada para bancar reestruturações de carreira do serviço público, segundo a ministra.

O pequeno valor suscitou críticas após a leitura de servidores de que seria usado para reajustar em 1% os salários. “A gente nunca anunciou 1% de reajuste, o que aconteceu é o que existe no Orçamento. A gente não está focando agora em reajuste linear. O que estamos focando é repensar as carreiras. Tanto que abrimos dez mesas setoriais de (negociação) de carreiras”, afirmou.

**REESTRUTURAÇÃO.** Esther disse que a missão da pasta que ela comanda neste momento é tentar criar famílias de carreiras,

para que elas recebam tratamento equivalente e não ocorra o que ela chama de carrossel – ou seja, uma categoria consegue um reajuste ou benefício e as outras abrem uma frente de batalha com o poder público atrás das mesmas condições.

São cerca de 300 as carreiras do governo federal, mas metade são de funções que estão desaparecendo e não estão sendo mais repostas, como a de datilógrafo, por exemplo. Para as cerca de 150 carreiras ativas, o governo quer separá-las por gru-

pos a partir de reestruturações negociadas com as categorias.

Os recursos reservados no Orçamento deverão ser usados para bancar algumas dessas reestruturações, mas nem todas caberão neste montante. Além disso, disse Dweck, é possível negociar a verba já disponibilizada para a concessão de benefícios, como o reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do Executivo.

O valor é de R\$ 658 mensais, o que a ministra considera baixo em relação ao que oferecem

os Poderes Legislativo e Judiciário a seus funcionários (cerca de R\$ 1,2 mil).

“Temos uma visão de que, se for para dar alguma coisa linear, vai ser em benefício”, afirmou a ministra. “No auxílio-alimentação, a gente deu (um reajuste de) R\$ 200 neste ano e foi para R\$ 658. Nossa ideia é continuar aumentando, porque ele é um benefício que é distributivo”, afirmou. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1